

RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA: CURRÍCULO E VIDA NA ESCOLA

Maria Eulina P. de Carvalho

Fernando César Bezerra de Andrade

(Organizadores)

O currículo formal resume acordos sobre o que se deve transmitir de uma geração a outra na escola. O conhecimento consagrado científica, artística e filosoficamente é importante: línguas, matemática, ciências sociais e naturais, entre outras, vêm sempre à memória de educadoras e educadores envolvidos com o trabalho de planejar e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem — trabalho esse que se constitui, inclusive, numa disputa pelo tempo e pelo espaço na escola.

Muitas vezes, porém, outros saberes, ligados a problemas vitais para os seres humanos e nossa sociedade, recebem atenção pequena ou marginal nas práticas escolares oficiais. Se a vida em comum ainda é feita em bases muito desiguais, ferindo direitos humanos e princípios éticos, a escola frequentemente esquece-se de (ou mesmo se recusa a) tratar formalmente de repressões, exclusões e outras práticas injustas motivadas, por exemplo, por preconceitos de raça/etnia, classe social, gênero, orientação sexual, religião etc. Já é bem aceito que, deixando de problematizar a vida, a escola termina por produzir e reproduzir práticas excludentes e sofrimentos, favorecendo iniquidades e violências.

Para revelar e criticar tais práticas, propondo alternativas que realçam a relação entre currículo e vida, outros conceitos foram forjados, entre eles “currículo oculto” e “currículo em ação”, úteis para entender vários problemas quotidianamente produzidos na escola — entre os quais dois bastante frequentes: a iniquidade nas relações de gênero, a que também se associa a violência, física e simbólica.

Neste número, portanto, *Espaço do Currículo* apresenta artigos que têm como objetivos problematizar as relações de gênero — de desigualdade, dominação — e a violência na escola, bem como propor alternativas para superação de tais problemas, inclusive através da intervenção no/a partir do currículo. Mulheres e homens, educadores e educadoras, alunas e alunos, que nas escolas passamos grande parte de nossa vida (não raro, vale ressaltar, marcada por conflitos), somos convidadas e convidados, por pesquisadoras e pesquisadores de diversas instituições, a rever e pensar nossas práticas e a transformá-las.

Na **Sessão Especial** encontra-se a entrevista que o Prof. Dr. Jacques Pain, da Université de Paris Ouest Nanterre La Défense, concedeu ao Grupo de Pesquisa Currículo Transversal (UFPB/CE/PPGE), tratando, sobretudo, do estado das pesquisas francesas sobre violência na escola (como o *bullying*) e de estratégias para a superação dessas violências — com destaque para propostas da Pedagogia Institucional para a gestão da violência, como o conselho escolar.

Entre os **Artigos**, Juliana Vargas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em “Meninas não brigam? Posturas diferenciadas na escola contemporânea”, descreve e analisa condutas agressivas entre meninas, a partir de exemplos retirados de sua experiência docente e de uma pesquisa de mestrado. Argumenta que as posturas agressivas de alunas são interpretadas a partir de um ideário de infância feminina, tradicional/gendrado, do qual elas se distanciam. Propõe que as posturas apresentadas pelas alunas na contemporaneidade sejam discutidas a partir do currículo escolar.

Catarina Gonçalves e seu orientador, do Grupo de Pesquisa Currículo Transversal, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, em “O currículo do bullying na novela da vida”, analisando uma telenovela, apontam para a importância da mídia na formação de um currículo cultural acerca do *bullying*. O artigo critica os limites e riscos do discurso da telenovela e ressalta aspectos a serem considerados pela escola, quando necessário intervir face àquela situação de violência na escola.

Igualmente integrantes do Grupo de Pesquisa Currículo Transversal, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, Anita Leocádia Pereira dos Santos e sua orientadora propõem uma reflexão sobre os processos de responsabilização e culpabilização das mães nas relações escola–família e sobre as ausências paternas. Entendendo o currículo como política cultural, argumentam que a escola (re)produz as definições sociais de sexo e gênero através do currículo em ação, e que a culpabilização das mães, através de seus discursos e ações, constitui violência simbólica.

Do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Rogério Diniz Junqueira, em “Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico” denuncia em cenas e falas de educadoras, práticas correntes de homofobia nas escolas, com vistas a provocar nosso olhar e sacudir a indiferença ou a naturalidade com que violências contra pessoas homossexuais, transexuais e lésbicas são vistas nas escolas.

No artigo intitulado “Violência e meio ambiente: pode a educação ambiental contribuir para a paz e a sustentabilidade?” o professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais - DCS e do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA (ambos da Universidade Federal da Paraíba), Gustavo F. da Costa Lima analisa a violência contra o meio ambiente, demonstrando suas relações com a violência social. Ao por em relevo a ineficácia do modelo vigente de sociedade e de gestão dos recursos planetários, o autor defende a educação ambiental como um contributo para a sustentabilidade social.

Ana Paula dos Santos Silva (aluna da Licenciatura em Pedagogia), Fernando César Bezerra de Andrade e Carmen Sevilla Gonçalves dos Santos (ambos do Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba), em “Percepção social da violência na escola: um olhar à luz da competência inter-relacional” discutem os resultados de um dos estudos desenvolvidos na pesquisa PIBIC/UFPB/CNPq “Competência inter-relacional e percepção de violência na escola”, durante o biênio 2007-2009. Considerando as relações entre percepção social e gestão da violência por educadoras e educadores de uma escola pública paraibana, os pesquisadores apresentam sugestões que, envolvendo o currículo escolar e a formação docente, podem inspirar outros educadores e educadoras em cenário semelhante.

Por fim, em **AEPPEC RECOMENDA**, Vera Ireland resenha o livro “Instituir para ensinar e aprender”, que serve como uma iniciação à perspectiva teórica e à didática da Pedagogia Institucional, muito útil a educadores e educadoras brasileiros às voltas com as questões da indisciplina, da incivilidade e da violência na escola, mas também interessados e interessadas na formação moral e cidadã de seu alunado.

Só nos resta desejar uma boa leitura!